

■ FINANÇAS

Dívida Pública

20 JUL 2000

Dívida pública

Por tipo de rentabilidade (em R\$ bilhões)

Mês	Prefixada		Taxa Selic		Índice de preços	
Fevereiro	47,29	10,35%	258,75	56,64%	25,64	5,61%
Março	56,88	12,21%	256,92	55,34%	25,79	5,56%
Abril	64,68	13,68%	253,50	53,60%	26,21	5,54%
Mai	61,27	12,58%	267,32	54,88%	26,72	5,48%
Junho	65,44	13,31%	268,90	54,68%	26,72	5,43%

Mês	Câmbio		TR		Outros		Total	
Fevereiro	98,57	21,57%	25,86	5,66%	0,76	0,17%	456,86	100,00%
Março	98,16	21,14%	25,96	5,59%	0,73	0,16%	464,25	100,00%
Abril	101,51	21,46%	26,34	5,57%	0,71	0,15%	472,95	100,00%
Mai	104,56	21,47%	26,56	5,45%	0,68	0,14%	487,10	100,00%
Junho	103,65	21,08%	26,44	5,38%	0,66	0,13%	491,81	100,00%

Fonte: Tesouro

Obs.: Valores apurados com base na posição da carteira elevada pelo preço da curva de rentabilidade intrínseca dos titulares

Dívida pública em poder do mercado vai a R\$ 491,8 bi

Marcello Antunes e Carla Éboli*
de Brasília

A dívida pública do Tesouro e do Banco Central (BC) representada pelos títulos federais que circulam no mercado financeiro está encostando no meio trilhão de reais. Em junho, a dívida teve um crescimento nominal sobre o mês de maio de 0,97%, subindo de R\$ 487,1 bilhões para R\$ 491,81 bilhões. No ano, também em termos nominais, a dívida pública mobiliária federal cresceu 11,78%, já que em dezembro o estoque de títulos federais em mercado era de R\$ 440 bilhões.

Conforme os dados divulgados ontem pela Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida mobiliária está concentrada em 54,68% ou R\$ 268 bilhões em papéis cuja rentabilidade é baseada na taxa Selic ou pós-fixada. No mês anterior, a proporção era de 54,88% da dívida. Portanto, houve uma discreta redução em papéis pós-fixados, enquanto a participação na dívida dos papéis prefixados, onde a rentabilidade é fixa até o vencimento do papel, subiu de 12,58% ou R\$ 61,27 bilhões em maio para 13,31% ou R\$ 65,44 bilhões em junho.

Esse crescimento dos papéis prefixados no total da dívida pública foi explicado pelo coordenador da Dívida Pública, Paulo Valle, como resultado da retomada dos leilões de títulos prefixados, as Letras do Tesouro Nacional (LTNs), com prazos de um ano. Os papéis com esse pra-

zo de duração foram vendidos pelo Tesouro até o começo de maio, mas como precaução e devido à instabilidade do mercado naquele momento, o Tesouro optou por manter a colocação apenas de papéis prefixados de seis meses. Após a retomada dos leilões de títulos prefixados, houve a emissão líquida de R\$ 3,6 bilhões. Durante o mês de junho, o Banco Central e o Tesouro realizaram a emissão de R\$ 17,4 bilhões em títulos e resgataram em igual período R\$ 18,1 bilhões. Portanto, houve uma expansão da liquidez do mercado em R\$ 700 milhões.

Segundo Valle, os resgates de papéis pós-fixados foram de R\$ 11,6 bilhões e as emissões chegaram a R\$ 10,4 bilhões. A diferença de R\$ 1,2 bilhão deve ser considerada como resgate líquido. Em papéis cambiais, a participação na dívida está em 21,08% e equivale a R\$ 103,5 bilhões. Em maio, o valor era de R\$ 104,56 bilhões e correspondia a 21,47% do total da dívida mobiliária.

Em junho, o governo promoveu resgates de R\$ 2,3 bilhões, enquanto as emissões totalizaram R\$ 1,9 bilhão, exclusivamente em Notas do Banco Central (NBC-E). Segundo o diretor de Mercado Aberto do Banco Central, Eduardo Nakao, a estratégia adotada pelo BC em relação aos resgates e às emissões de papéis corrigidos pelo câmbio visou somente rolar a dívida.

(* do InvestNews)

Dívida mobiliária está concentrada em 54,68% ou R\$ 268 bi em papéis cuja rentabilidade é baseada na Selic